

ACTA Nº 2 /2016

SESSÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2016

---Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezasseis, nesta vila de Alvaiázere, edifício dos Paços do Município, pelas dezasseis horas e vinte e cinco minutos, reuniu-se ordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os senhores membros eleitos: Álvaro Clemente Pinto Simões, José Tiago Guerreiro, Alzira Alves Ferreira da Silva, Carlos Arménio Furtado Santos Faria, Acílio Dias Godinho, António Simões Ribeiro, Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa, Graça Maria Marques Brás Freitas Grácio, Manuel Joaquim Pereira Lourenço, José Nunes Rosa, Fernanda da Conceição dos Santos Fernandes de Sousa, Manuel Gonçalves e ainda os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoester, Alvaiázere, Maças de D. Maria, Pelmá e Pussos São Pedro. -----

---- Não compareceram à reunião os Senhores Deputados José Alves Castelão, António Conceição Gonçalves e Carlos Manuel Rosa da Graça, os quais apresentaram as respetivas justificações, tendo as mesmas sido aceites pela Mesa e a suas faltas justificadas.-----

---- Do Executivo Municipal esteve presente a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Célia Margarida Gomes Marques. -----

---- Declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, passou-se, então, ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

---- **PONTO 1 - Discussão e votação da ata da reunião anterior:** Pelo Senhor Presidente da Mesa foi colocada à discussão a ata da reunião ordinária do dia 29 de fevereiro de 2016, prescindindo-se da respetiva leitura por ter sido previamente enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. O Senhor Deputado Carlos Faria solicitou a palavra, tendo-lhe esta sido concedida. -----

---- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria começou por cumprimentar todos os presentes tendo, de seguida, informado que pretendia fazer um comentário acerca do exposto na ata relativamente à execução Orçamental Municipal, pois a sua intervenção foi baseada na informação apresentada pela Senhora Presidente e por isso felicitou o Executivo, não se tratando, portanto, de uma informação de sua autoria, como se parece dar a entender da leitura da ata. O Senhor Deputado solicitou que fosse efetuada uma retificação à ata, no ponto referente à sua intervenção, tendo o Senhor Presidente da Mesa concordado e mandado proceder em conformidade, nomeadamente à alteração da intervenção do Senhor Deputado naquela ata.-----

---- Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a ata à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 34.º do CPA, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maças de D. Maria, não participou na aprovação da ata da

reunião ordinária pública de 29 de fevereiro de 2016, uma vez que não esteve presente na reunião. -----

----- Passou-se ao **PONTO 2 – Apresentação de expediente:** O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento e colocou à disposição dos Senhores Deputados para consulta, toda a correspondência recebida, minutas e atas das reuniões de Câmara, jornais e revistas. -----

----- Seguidamente, passou-se ao **PONTO 3 – Outros Assuntos:** O Senhor Presidente da Mesa informou que se encontrava aberto a discussão este ponto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Carlos Faria. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria referiu ter recebido um ofício da Câmara Municipal, cujo assunto, informou, é o Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição, e que a determinada altura do descrito, diz que deverá ser enviado ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e aos representantes dos Órgãos Autárquicos, incluindo a Oposição, ou seja, a Senhora Vereadora do PS e o Senhor Vereador do CDS, bem como os membros da Assembleia Municipal dos Grupos do PS, do CDS e Independentes, servindo esta intervenção somente para lembrar que a sua presença nesta Assembleia é feita na qualidade de Independente. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, de seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Acílio Godinho que também se inscreveu. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho, tomando a palavra, cumprimentou todos os presentes e de seguida, informou que pretendia levantar duas questões, a primeira relacionada com o facto de que, e apesar de já ter sido falada na última reunião e de se saber que o site do Município se encontra em remodelação, tal continua a ser pertinente, pois é colocada esta questão por alguns Municípios, nomeadamente que ao ser feita uma consulta no site das atas da Câmara Municipal, que são públicas, não se tem acesso às mesmas. A segunda questão é relativa ao Boletim Municipal e Boletim Informativo que não estão atualizados, pretendendo saber o que é que o Executivo Camarário pensa acerca desta matéria, pois a informação, comunicação pública e gestão do Município diz respeito a todos os Municípios, devendo ser conhecida. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado e, de seguida, interpelou os Senhores Deputados sobre o uso da palavra. Não havendo mais intervenções, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre o desejo de se manifestar, tendo esta respondido positivamente. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, depois cumprimentou os Senhores Deputados e todas as pessoas presentes. Relativamente à informação prestada pelo Senhor Deputado Acílio Godinho, A Senhora Presidente informou que o Boletim Informativo e Municipal contêm conteúdos completamente diferentes, pelo que foi tomada a posição de suspender a edição do Boletim Informativo. Trabalha-se atualmente mais numa ótica de comunicação a nível de eventos e não numa ótica de informar sobre o que já aconteceu, sendo esta a razão da suspensão do Boletim Informativo. Quanto ao Boletim Municipal, este tem sido elaborado, pelo que deve existir, na

opinião da Senhora Presidente, alguma lacuna quanto à publicação no site, não estando, no momento, munida de informação para justificar essa ausência de publicação, uma vez que tem conhecimento da sua elaboração pelos respetivos Serviços. Esta situação irá ser devidamente anotada para saber se é um problema dos Serviços de Informática ou do próprio site. Quanto à consulta das atas da Câmara Municipal, a Senhora Presidente referiu que também ela já tentou aceder às atas da Câmara Municipal on-line e que se deparou com este problema, mas que insistindo as mesmas conseguem ser visualizadas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as explicações transmitidas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal. O Senhor Deputado Carlos Faria solicitou o uso da palavra. ---

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria informou que não pretendia apresentar nenhuma contestação, mas sim falar sobre as obras que foram feitas na zona da Vila de Alvaiázere junto à GNR, que considerou bonitas de se verem e que agora, depois de todo o trabalho feito, estão os passeios a ser esburacados, talvez para ser colocada a fibra ótica. Assim, questionou se não poderia ter sido tudo feito na mesma altura. Continuou informando que na descida do Farroio, com uma estrada nova, bem alcatroada, com duas paragens para autocarros bem arranjadas, foi colocado ao lado, na berma da estrada, um contentor enorme. O Senhor Deputado comunicou que, tentou saber na Junta de Freguesia de quem era esse contentor, tendo colocado a hipótese de ser da Firma JJR, mas de seguida, começou a ver que no estaleiro da Firma J. Grácio, também existiam contentores iguais e ficou com dúvidas. Não é pretensão do Senhor Deputado, esclareceu, saber quem é o dono deste contentor, mas sim que ele seja tirado daquele sitio, pois «fere» a vista olhar para aquele objeto colocado num espaço que se encontra arranjado. De seguida, informou que existe junto à sua habitação, um terreno com um matagal de silvas que até já sobem o poste de eletricidade, sendo um bom local para viverem cobras e ratazanas. Sobre este assunto falou com um funcionário da Câmara Municipal que lhe disse que deveria ir apresentar o caso à GNR. Uma vez que está a chegar o Verão, pode haver perigo de algum incêndio, pelo que o Senhor Deputado achou por bem falar neste assunto para que a Câmara Municipal fique sensibilizada para a situação. Referiu, ainda que, por vezes, quando se mexe num terreno por causa dos arranjos nas estradas, os proprietários se preocupam logo em pedir à Câmara Municipal que faça o muro, mas depois deixam essas mesmas terras ao abandono, cheias de silvas, e que deveria haver uma contrapartida, se é que não existe legislação, que obrigasse a manter os terrenos limpos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou o Senhor Deputado que existe legislação que obriga a manter limpos os terrenos que se encontram junto a habitações e quanto aos outros é tudo uma questão de civismo por parte das populações. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Deputado Vítor Sousa. -----

----- O Senhor Deputado Vítor Sousa tomando a palavra informou que corrobora as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Carlos Faria. De seguida, questionou a Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a existência de alguma solução para a situação em que se encontra o Armazém das 5 Vilas, em Maçãs de D. Maria. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, de seguida passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, esclareceu que relativamente às obras a decorrer nos passeios junto à GNR, concorda que mais uma vez está a haver intervenção naquela zona, sendo que agora é uma obra da EDP, a pedido da Câmara Municipal, por atualmente a Vila de Alvaiázere estar dividida em duas fases a nível da iluminação pública com o abastecimento feito também por dois PT's, e que no caso de faltar energia a um desses PT's parte da Vila fica sem iluminação. A Câmara Municipal pediu uma intervenção no sentido de fazer uma ligação em anel, dos dois PT's, por forma a que quando falhar a energia num deles, não fique parte da Vila às escuras. A Câmara Municipal não pode controlar as tomadas de decisão da EDP, por isso esta obra não foi feita na altura da obra de arranjos da estrada junto à GNR. Esta obra da EDP, ficará concluída antes do evento "Alvaiázere Capital do Chicharo". Quanto à estrada do Farroio, a Senhora Presidente informou que já constatou a existência do contentor e foi verificado que está colocado num terreno privado. Num terreno privado é feita utilização livre, desde que não haja contaminação de solo, do ambiente, estando o Gabinete do Ambiente alerta para essa situação. Em relação às silvas junto às casas, a Câmara Municipal através da Comunidade Intermunicipal tem um projeto junto com os GIP's, no sentido de ser feito um levantamento dos terrenos com um nível de vegetação bastante elevada, que inclui silvas, matos, etc., na proximidade de habitações e num raio de proteção exigido por lei. No passado essa responsabilidade era da Câmara Municipal, que atuava e emitia contraordenações, atualmente tal é da responsabilidade da Guarda Nacional Republicana. Vieram várias brigadas ao concelho, transmitiu, para fazer o levantamento e a sensibilização para a preocupação da limpeza dos terrenos, numa perspetiva de proteção às habitações, junto das populações. Voltaram mais tarde e verificaram que havia alterações positivas. Irão voltar em maio, informou, já com a intenção de atuarem onde as situações o exigirem. Em relação à questão colocada pelo Senhor Deputado Vítor Sousa, a Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal não está alheia à situação do Armazém das 5 Vilas, tendo feito uma intervenção, procedendo à limpeza do terreno e interior do edifício removendo todos os materiais que estivessem em vias de cair para a via pública. Foi feita uma avaliação técnica ao edifício e conclui-se que não está em vias de cair. Quanto a uma intervenção física e concreta para o edifício, a Câmara Municipal tem um projeto para habitação social e, apesar das alterações legislativas, foram feitos esforços juntos do IHRU numa reunião em que participou, afirmou, para saber das hipóteses que o Município tinha para poder avançar, intervindo no edifício com o projeto já elaborado. O IHRU informou que através do Município será muito complicado, pois não haverá financiamento a fundo perdido para essa intervenção, mas haverá viabilidade se houver um particular interessado em avançar com este projeto, porque poderá beneficiar do Instrumento Financeiro de Apoio, para esse fim. A Câmara Municipal equacionou, perante esta situação, qual o tipo de intervenção a fazer no edifício, estando, neste momento, a ser analisado e estudado a elaboração de um novo projeto para um fim diferente ou a tentativa de encontrar um particular que construa para habitação. -----

----- Perante estas informações, o Senhor Deputado Vítor Sousa perguntou se a Câmara Municipal nunca equacionou a hipótese de demolir o edifício. -----

----- A Senhora Presidente afirmou que não. -----

----- Mais uma vez, o Senhor Deputado Vítor Sousa questionou o porquê, se o edifício não é histórico. A demolição seria o caminho mais fácil, continuou, construindo naquele sítio algo mais útil, tirando dali o que é uma vergonha. -----

----- A Senhora Presidente respondeu que não se deve demolir por demolir, deixando um vazio na malha urbana da Vila, prejudicando a continuação das fachadas na rua, não fazendo sentido, sendo mais penalizador para a estética da Vila. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa, por ser conhecedor da situação, informou que aquele edifício tem setenta anos e foi construído no local onde havia uma casa destruída por um incêndio. O edifício e a sua traça não têm qualquer valor histórico, no entanto tem valor para que serviu o edifício, que era uma casa cultural com um Clube que tinha uma atividade muito forte na área cultural, se fosse hoje seria considerado um centro comercial onde vinham pessoas de longe fazer as suas compras, foi a primeira estação de Correios, foi onde se localizou o primeiro café em Maçãs de D. Maria, tem portanto importância histórica no sentido cultural e comercial e foi um centro divulgador da terra. Esclareceu que percebe que para a Câmara Municipal não é uma situação fácil, mas também entende que deve ser dada uma solução para que o edifício não continue naquele estado, pois está a deteriorar-se rapidamente.

----- O Senhor Presidente deu por encerrado o período antes da ordem do dia, passando de imediato para o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**. -----

----- **PONTO 1. Informação escrita da Presidente da Câmara sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, para cumprimento do disposto na alínea Y) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro:**

O Senhor Presidente da Mesa deu conhecimento da informação escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade do Município, bem como da situação financeira, que considerou bastante esclarecedora, colocando de seguida este ponto a discussão, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Manuel Lourenço. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Manuel Lourenço iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. De seguida, realçou a informação apresentada pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, principalmente no ponto que se refere à Empresa que aumentou a sua capacidade produtiva, representando a criação de quarenta novos postos de trabalho neste concelho, sendo para todos uma preocupação a falta de empregos e o fator mais decisivo para reverter a perda de população que se tem verificado nos últimos anos. Lembrou que a Senhora Presidente aquando da sua tomada de posse neste cargo agendou como prioridades o desenvolvimento económico e a geração de empregos, daí o ter sublinhado esta nota recordando que está a cumprir a missão a que se propôs. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e expressou que também apresenta os parabéns à Senhora Presidente da Câmara Municipal, pois é uma melhoria para o Concelho a criação de

postos de trabalho que rareiam cada vez mais, com a falência de algumas empresas e a diminuição de empregos noutras. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho direcionou a sua intervenção para a área da saúde e ação social e ainda a área da educação que considerou pilares fundamentais para a população do Concelho, mas considera que também se deve cuidar de outros aspetos que preocupam alguns menos esclarecidos, apesar de esforços no sentido de esses esclarecimentos serem feitos, como é caso da área da agricultura. Num concelho caracterizado pela sua produção agrícola, nomeadamente em mel, azeite, cereais, vinho e agora talvez no chicharo e, com a introdução de novas diretivas comunitárias sobre o uso de pesticidas, designadamente os sulfatos e herbicidas. Neste sentido, o Senhor Deputado apela ao Executivo Camarário que em reuniões ou situações que julgue pertinentes, tente sensibilizar as autoridades competentes para que não apliquem de imediato as coimas, mas que comecem por sensibilizar para o fato de existir legislação sobre a aplicação e compra destes produtos, necessitando de formação para habilitação, com diploma, para tal, alargando os prazos até final do ano, dando tempo para as populações obterem todas as condições para poderem tratar das suas hortas e vinhas, Seguidamente apresentou outra questão que se insere na área do turismo e que diz respeito ao tão propagandeado projeto do Hotel da Serra, sobre o qual pretendia saber se vai andar para a frente ou já está cancelado, porque até já havia um investidor. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e solicitou à Senhora Presidente da Câmara Municipal que respondesse às questões formuladas. -----

----- No uso da palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que a questão sobre o projeto da Unidade Hoteleira na Serra de Alvaiázere se prende com o fato do promotor ter suspenso a intervenção em Alvaiázere. O projeto estava sinalizado como projeto âncora no anterior Quadro Comunitário com um financiamento de seis milhões de euros afetos ao projeto. Na altura a Câmara Municipal fez todas as diligências para encontrar investidor não só para este projeto mas também para a casa que nós internamente denominamos «casa amarela», que era da família do Dr. Manuel Ribeiro Ferreira, que se situa em Casal Novo e conseguiram-se vários investidores, com os quais foram feitas algumas reuniões, inclusivamente com o Turismo Centro de Portugal, ficando um interessado na Unidade Hoteleira da Serra com quem se mantiveram várias reuniões, quer a nível do Turismo do Centro, quer a nível da candidatura ao qual lhe foram pedidas algumas peças adicionais. Este promotor tinha dois projetos em fase de aprovação e teve alguma dificuldade em fazer prova dos pedidos solicitados, pelo que deixou cair um dos projetos, que foi o da nossa Unidade Hoteleira. Não está completamente posta de parte, para aquele promotor, a intervenção em Alvaiázere, caso haja possibilidade de uma nova candidatura, mas na altura e naquele âmbito, o projeto não teve viabilidade, somente por intervenção do promotor. De seguida, a Senhora Presidente pronunciou-se sobre a aplicação dos herbicidas, informando que tem conhecimento que as autoridades estão atentas e no terreno, mas pelo que é dado a saber existem Empresas a

ministrar a Formação necessária e com bastante sucesso, pois têm sido solicitados espaços à Câmara Municipal para esse efeito, dando a perceber que as pessoas estão bastante mais atentas e informadas do que o que foi evidenciado pelo Senhor Deputado, estando, mesmo assim, a Câmara Municipal recetiva a falar com as autoridades e a pedir esta colaboração. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa reforçou que se tem apercebida das autoridades a falar com as pessoas para que tivessem cuidado, a informar da legislação existente sobre o uso dos herbicidas e de outros produtos tóxicos, não tendo, no entanto, conhecimento de qualquer caso a quem já tenha sido aplicada a penalização por utilização ilegal. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação;-----

----- Passou-se para o **PONTO 2. Regulamento de participação de atividades económicas no evento “Alvaiázere Capital do Chicharo”**: O Senhor Presidente da Mesa, no uso da palavra, informou os Senhores Deputados que, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal aprovou o projeto de Regulamento do evento “Alvaiázere Capital do Chicharo”, em reunião de Câmara a 17 de fevereiro de 2016. O projeto de regulamento foi submetido a discussão pública, conforme o disposto no art.º 101 do Código do Procedimento Administrativo, tendo sido apresentadas algumas sugestões por parte da ADECA - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Alvaiázere, as quais foram analisadas pelo Gabinete Jurídico que presta assessoria ao Município, e presentes à Reunião de Câmara para apreciação e tomada de deliberação. O Regulamento de participação de atividades económicas no evento “Alvaiázere Capital do Chicharo” foi aprovado em reunião de Câmara a 20 de abril, por unanimidade nos termos do disposto na alínea k) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, na sua atual redação. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu como aberta a discussão sobre o assunto, tendo-se inscrito o Sr. Deputado Acílio Godinho. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho informou que não irá pronunciar-se propriamente sobre o Regulamento porque esse está bem feito, mas sim sobre uma questão que julga ser oportuna uma vez que se vai falar sobre o Regulamento. Explicou que muitas vezes se ouve que antes eram dois eventos: a FAFIPA e o Festival do Chicharo e agora é só um, mas compreende que a base ou, uma das bases desta fusão se deve aos recursos que são escassos e têm de ser bem geridos, tendo sido este um bom critério de gestão. Na opinião do Senhor Deputado seria muito bom poder haver dois, três, quatro, muitos eventos, mas num concelho com escassos meios económicos, a posição tomada foi a de uma boa gestão autárquica, sendo essa a sua convicção, pedindo para ouvir a opinião da Senhora Presidente da Câmara Municipal sobre o assunto. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara perante a questão colocada, informou ser muito fácil a resposta, pois como Alvaiazerense percebia que um dos eventos estava completamente esvaziado de envolvimento por parte da população. A última feira que houve em junho, só como FAFIPA, foi visível que estava a perder o seu objetivo e a motivação que lhe estava adjacente, havendo um público para os eventos culturais, mas para a mostra económica praticamente não

havia participação, nem das empresas nem da população, sendo esse o principal motivo para a intervenção nestes eventos, não fazendo sentido o investimento quando o objetivo final não era atingido. Concordou que o fator financeiro também foi um componente importante para a decisão, pois o investimento a nível de comunicação, de divulgação do evento, espetáculos e outros era igual ao Festival Gastronómico e que depois não tinha retorno. Ao juntar os dois, os gastos em comunicação, divulgação e em espetáculos é o mesmo e vai-se tornando visível a dimensão que está a ter para Alvaiázere. A gastronomia é motivo de visita é algo que move as pessoas, fazendo sentido juntar os dois eventos, pois o setor empresarial é importante para o concelho, necessitando atrair empresas, dinamizar o tecido empresarial, envolver os empresários na vida ativa da comunidade, chamá-los à participação das decisões e fazer com que tenham orgulho em ter as empresas no concelho. Ao juntar-se os dois eventos num só e esse evento ter maior notoriedade e visibilidade, motiva as empresas a querer participar e tem sido visível ao longo destes quatro “Alvaiázere Capital do Chicharo” em que o número de empresas a participar tem aumentado, sendo motivo para reconhecer que foi uma boa estratégia. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as palavras da Senhora Presidente da Câmara Municipal e, de seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Faria. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Faria clarificou que também se devia ter em conta que a época dos chicharos é em outubro ou novembro e a forma forte como tem sido publicitado o evento, faz com se recebam pessoas que vêm provar a nossa gastronomia, pelo que deve haver a responsabilidade de, nas tasquinhas, se apresentar qualidade e não ser só com voluntários que pensam que quem vai comer come tudo o que se apresenta. As pessoas necessitam ficar bem impressionadas e não ter nos pratos que são servidos, os chicharos com bichos. Expôs, de seguida, uma sugestão que gostaria de ver algum dia ser concretizada, que era um fim de semana com uma festa da apanha da azeitona, pois o azeite da zona de Alvaiázere é ótimo. Quanto ao Regulamento, o Senhor Deputado Carlos Faria pensa que deveria haver um incentivo aos novos empresários, bem como à inovação, premiando os do Concelho de Alvaiázere. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, verificando não haver mais inscrições para uso da palavra, colocou este ponto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, o Regulamento de participação de atividades económicas no evento “Alvaiázere Capital do Chicharo”, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, e em consonância com o teor da deliberação da Câmara Municipal. -----

----- O Regulamento de participação de atividades económicas no evento “Alvaiázere Capital do Chicharo”, dá-se por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

----- Seguiu-se o **PONTO 3. Monitorização e acompanhamento do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) – Informação referente ao 4.º Trimestre de 2015:** No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa transmitiu aos Senhores Deputados que se encontrava

aberta a discussão sobre o assunto. Não tendo havido inscrições e após se verificar não haver dúvidas, o Senhor Presidente da Mesa deu como tomado conhecimento e apreciada a informação bem como o respetivo relatório de monitorização e acompanhamento do 4.º trimestre de 2015 do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), aprovados, por maioria, na reunião de Câmara Municipal no passado dia 16 de março último, e em cumprimento da deliberação tomada, submetidos a apreciação desta Assembleia Municipal, de acordo com a legislação em vigor, designadamente, a alínea a) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto. -----

----- A informação bem como o respetivo relatório relativos à Monitorização e acompanhamento do 4.º trimestre de 2015 do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), dão-se por transcritos na presente ata dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75, de 12 de setembro tornando-se assim desde logo eficaz; -----

----- Prosseguiu-se para o **PONTO 4. Prestação de Contas 2015:** O Senhor Presidente da Mesa, introduziu este ponto informando que o documento é esclarecedor, com o parecer do Auditor Externo, pessoa competente e credenciada para a sua análise, sendo esta uma mais valia para o Executivo Camarário, pelo que, na opinião do Senhor Presidente, as Contas devem ser aprovadas. De qualquer forma, acrescentou, será a opinião dos Senhores Deputados que irá ditar a votação final, pelo que colocou à disposição dos mesmos o uso da palavra, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho iniciou esta sua intervenção reforçando o esclarecido pelo Senhor Presidente da Mesa em relação ao parecer emitido pelo Auditor Externo e que as Contas traduzem os princípios aplicáveis nesta matéria, sendo também o resultado da gestão do Município em dois mil e quinze. O Senhor Deputado, como representante do Partido Socialista, lembrou que na altura da aprovação do respetivo Orçamento, apresentou um reparo, uma crítica, por o considerar demasiado centralista, algo que não recorda se está explícito na ata. O Senhor Deputado aproveitou este momento para tentar saber se as atas são feitas com base nas intervenções orais, ou não, porque se tem visto no local material de gravação, mas não se sabe se está ligado ou não. Na opinião do Senhor Deputado, as atas no passado eram mais fiéis, inclusive nesta reunião foi feita uma observação à ata porque possivelmente nessa altura os microfones estavam ligados, mas, continua, não quer dizer que as atas não traduzam e não façam a síntese do que se vai passando na reunião. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interrompeu para esclarecer que se as atas não forem fiéis e traduzirem o que se passou na reunião, os Senhores Deputados têm todo o direito a se pronunciarem e pedirem a devida retificação, estas só são aprovadas quando todos concordam com o seu teor. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho continuou concordando plenamente com o que foi dito pelo Senhor Presidente da Mesa. De seguida, voltou a referir a crítica apresentada pela bancada do Partido Socialista em relação ao Orçamento para dois mil e quinze por ser demasiado

centralista. A execução deste Orçamento, recordou, que ainda não pode ser cem por cento imputável à Senhora Presidente, mas sim certamente mais de cinquenta por cento, tem, no entanto, um grau de execução superior ao anterior, sendo isso motivo de regozijo para o Executivo e para todos. Seguidamente, o Senhor Deputado apresentou um assunto, que considerou uma questão de fundo e que está presente no quadro cinquenta e um, página quarenta e dois do documento, onde está bem patente que uma grossa fatia do orçamento é gasta nas obras e nas empreitadas e, se formos ver, os cinco milhões cento e vinte mil euros, na prática são gastos, em grande parte, em Alvaiázere e uma parte, que somado não chegará aos cinco por cento, em Almoster, Pelmá e Pussos São Pedro. Esta será, na opinião do Senhor Deputado, uma situação para, no futuro, ser pensada e ser modificada, porque apesar de, como disse anteriormente, ainda não ser responsável a cem por cento por esta execução, a distribuição destes dinheiros, no futuro, tem de ser pensada, pois qualquer pai de família com cinco filhos, como o é este concelho com cinco freguesias, não pode privilegiar um e deixar os outros quatro ou três sem nada, ou apenas com umas migalhas. Há que gerir e distribuir melhor os dinheiros do Orçamento da Câmara Municipal de Alvaiázere, de forma que não aconteça que os munícipes em matéria fiscal, tributária e de exigência sejam todos tratados por igual e depois na repartição, no benefício, na melhoria, na qualidade de vida, nas infraestruturas, na sua vida do dia a dia alguns são o que se costuma chamar de “enjeitados”. O Senhor Deputado informou que deixou esta nota para mostrar que, na realidade, cinco por cento é muito pouco para os outros “filhos” do concelho. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, de seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Carlos Faria. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria, salientou que não deve ser esquecido o que é investimento e não deve ser feita confusão entre receitas e despesas de capital e investimentos de receitas e despesas correntes. O Senhor Deputado salientou que, em termos de Orçamentos, se tenta dar soluções aos Municípios de acordo com as necessidades que demonstram e em termos de peso há freguesias mais desenvolvidas, como é o caso de Maças de D. Maria e Cabaços em Pussos São Pedro, não estando a desprezar a Pelmá e Almoster. O Executivo tenta satisfazer as necessidades dos Municípios e, acrescentou, aquando do anterior executivo chegou a votar contra um dos orçamentos por não terem sido consultados os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para a elaboração do mesmo, pois, na opinião do Senhor Deputado, estes deverão ser ouvidos para se pronunciarem quanto ao Plano do ano seguinte. Nunca, o Senhor Deputado, se apercebeu de algum Presidente de Junta de Freguesia a queixar-se, pelo que pensa que os cinco por cento que o Senhor Deputado Acílio falou são um exagero. Em relação à aprovação das Contas, o Senhor Deputado constatou que houve uma redução a nível das despesas com o pessoal de oitocentos mil euros, também por imposição do PAEL e Troika para com as câmaras, mas o que gostaria mesmo, afirmou, era de ter ali mais oitocentos mil que seria sinal de maior desenvolvimento para o concelho. Por outro lado, houve um aumento substancial das obras em curso transferidas para o imobilizado fixo, concretizado num aumento de oitocentos mil euros nas amortizações de exercício, valor que, para um

Município com as dimensões de Alvaiázere, o Senhor Deputado considera elevado falando deste mesmo assunto há muito. Há quatro milhões de euros de amortizações e um prejuízo de um milhão e setenta e oito mil, pelo que não devemos continuar a bater na mesma tecla, afirmando o Senhor Deputado que tinha afirmado já anteriormente que se o Município de Alvaiázere fosse uma Sociedade Comercial já não tinha crédito bancário há muitos anos, mas, continuou, não o é e, está para durar muitos anos e com boa gestão. Quanto à certificação legal de contas, o Senhor Deputado, apesar de ter afirmado que as Contas são desde já de aprovar, pretendeu que fosse clarificada uma situação, para a qual solicitou autorização para que fosse o funcionário responsável pela Contabilidade a responder. A questão é a mesma que levantou o Revisor Oficial de Contas e que diz respeito ao imobilizado incorpóreo em curso, dos quais 54.000€ estão registados antes do ano 2012 e 4.735€ registados no ano de 2013, em que aconselha a que estes valores seja desreconhecidos do ativo por contrapartida da rubrica de custos de exercícios anteriores. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Chefe de Divisão Célia Ferreira, a qual, informou que a questão tinha sido tratada diretamente com a Técnica Superior e Técnica Oficial de Contas do Município, Dr.^a Célia Miguel, pelo que solicitou à mesma que esclarecesse esclarecer o Senhor Deputado. -----

----- Tomando a palavra, a Técnica Superior Célia Miguel informou que, aquando do registo destes valores, a sua classificação também levantou dúvidas. Assim, e naquela altura, foi consultado o ROC, o qual aconselhou o registo nos termos que o mesmo foi efetuado. Passado este tempo, verifica-se que o ROC deve ter refletido melhor sobre o assunto e veio propor a alteração desta contabilização, de acordo com os registos contabilísticos por si agora propostos. Mais referiu que, com a entrada em vigor do SNC AP, esta e outras eventuais situações serão analisadas e revistas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu e, de seguida interrogou o Senhor Deputado Carlos Faria sobre a sua satisfação quanto à resposta obtida. -----

----- O Senhor Deputado Carlos Faria respondeu estar esclarecido, considerando que a sua pergunta tinha sido pertinente e considera que se for totalmente amortizado, deixa de haver problemas com o SNC AP. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu. De seguida, pediu a palavra o Senhor Deputado Manuel Lourenço. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Manuel Lourenço esclareceu estarem para analisar um documento fundamentalmente técnico e analítico e sobre essa dimensão, o parecer do Auditor Externo não deixa dúvidas, dando a conhecer que as Contas demonstram o resultado económico e financeiro do Executivo anterior, havendo à margem desta análise, considerações de ordem política que devem ser aproveitadas para tecer. Após análise do Relatório de Gestão, o Senhor Deputado, julga que o Executivo Municipal demonstra um esforço significativo por ter uma casa bem gerida, havendo indicadores a manifestar essa opinião, nomeadamente o fato de o Município ter um quadro de pessoal, que comparado com outros Municípios de idêntica dimensão, relativamente reduzido, que vai fazer com que, como o

Senhor Deputado Carlos Faria havia referido, as despesas correntes sejam muito abaixo das que são as transferências das receitas correntes para este fim, resultando uma margem das receitas correntes a ser transferido para investir em despesas de capital, tal como tem sido feito em Executivos anteriores. Essa despesa de capital são investimentos promovidos no concelho de Alvaiázere para bem da sua população. De seguida, o Senhor Deputado fez referência à redução da dívida de curto prazo no valor de oitocentos mil euros, por via de não se terem contratualizado novos empréstimos de longo prazo e amortização de empréstimos já contratualizados, caracterizando-se o Executivo do ano anterior, também, por ter reduzido a dívida da Câmara Municipal, sendo importante expô-lo. O Senhor Deputado continuou, considerando que se por um lado a “casa está bem arrumada”, com execução orçamental na ordem dos setenta e cinco por cento, algo que, pelo menos nos últimos anos, não se verificava, não deixou de haver ambição e levado a cabo um conjunto de projetos em diversas áreas de atuação da Câmara Municipal, desde saúde, educação, desenvolvimento económico, de forma transversal à poluição do concelho. O Senhor Deputado informou que ao ter proferido estas palavras, as disse para justificar que respeitava, mas não acompanhava a opinião do Senhor Deputado Acílio Godinho, no sentido em que se forem analisados os investimentos realizados, se chega à conclusão que, apesar de na realidade de menor monta, foram realizados em algumas freguesias, mas, a par de uns, por via da centralização de Serviços Públicos a que a Tutela obrigou a cada Município promover, a Câmara Municipal promoveu investimentos, por exemplo na área da saúde com o investimento na Unidade de Saúde Familiar que levou um milhão e duzentos mil euros, que serve a população inteira do concelho de Alvaiázere, por via do não funcionamento das Extensões de Saúde, ou por exemplo a construção do novo Centro Escolar de Alvaiázere, que promove a centralização dos alunos de todas as freguesias do concelho com exceção da de Maças de D. Maria onde já existe um Centro Escolar para as crianças daquela freguesia. Este investimento de dois milhões e meio de euros, somado ao da Unidade de Saúde Familiar, percebemos que é uma fatia muito considerável do total dos investimentos estruturais que foram levados a cabo, embora tenham sido efetuados na Vila de Alvaiázere, sede do concelho, foram pensados para servir a comunidade populacional no seu total, demonstrando capacidade para levar a cabo projetos que em muito servirão e melhorarão a qualidade de vida dos munícipes. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Manuel Lourenço e, de seguida, passou a palavra ao Senhor Deputado Acílio Godinho. -----

----- O Senhor Deputado Acílio Godinho, no uso da palavra, agradeceu o facto do Senhor Deputado Manuel Lourenço ter falado em questões de gestão, administrativas, financeiras, arrumação de contas e da casa arrumada, pois trata-se também de espelhar uma opção política ou concretização política. O Senhor Deputado esclareceu que a sua intervenção anterior foi clara e nem sequer falou na Vila de Alvaiázere, mas o Senhor Deputado Manuel Lourenço, sim falou na Vila de Alvaiázere. O Senhor Deputado, frisou que falou que o Relatório de Gestão, página quarenta e dois, figura cinquenta e um – quadro das empreitadas e da distribuição do capital investido no concelho, olhando para este, a realidade é que cerca de noventa e cinco

por cento desse investimento se concentra na freguesia de Alvaiázere e que ficam só cinco por cento para os outros quatro “filhos”, e que agora reitera. O Senhor Deputado, colocando ainda a hipótese de estar enganado nas contas, porque as fez por alto, mas afirmando que “o que já está feito, feito está”, de seguida “convidou” o Senhor Deputado Manuel Lourenço a conseguir demonstrar-lhe o contrário, sugerindo que, levando à letra tudo o que foi referido, o melhor seria concentrar todas as famílias aqui na freguesia de Alvaiázere, porque então todos estariam em igualdade de circunstâncias, e todos entoariam melhor o “sorte em viver aqui”, mas a verdade é que o dia a dia, as dificuldades, a qualidade e o bem estar da vida dos munícipes deste concelho se confrontam com as adversidades nos locais em que vivem, em toda a área concelhia. O Senhor Deputado reitera, mais uma vez, que não falou na Vila de Alvaiázere nem faria sentido fazê-lo como opção de um critério político, mas um critério que do seu ponto de vista, não é justo nem equilibrado, que como disse, afirmou, nenhum pai de família deve privilegiar um filho em detrimento dos outros quatro. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu, tendo de seguida, dado a palavra ao Senhor Deputado Carlos Faria. -----

----- No uso da palavra, o Senhor Deputado Carlos Faria questionou os Serviços Técnicos da Câmara Municipal sobre o montante gasto com despesas de pessoal, no valor de cinco ou seis milhões, se é imputado em gastos à freguesia aquando de trabalhos realizados nessa mesma freguesia, ou seja se amanhã for uma equipa com retroescavadora para a Pelmá, vai outra para Cabaços, vai outra para Maças de D. Maria: é feita a imputação destes custos. O Senhor Deputado julga que certamente estas situações são omissas, pois fazer imputação por produtos seria possível, mas imputar gastos de pessoal na respetiva freguesia, não o seria para os Serviços da Câmara Municipal. -----

----- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal. ---

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal informou que tudo é imputado, quer material, quer pessoal, em contabilidade analítica, tendo a Câmara Municipal informação detalhada sobre a despesa, unidade a unidade. Informou ainda que a Chefe de Divisão Célia Ferreira é a pessoa mais credenciada para poder prestar esclarecimentos sobre o assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou à Chefe de Divisão Célia Ferreira que se pronunciasse sobre esta matéria, tendo a mesma informado que o Serviço de Armazém tem um funcionário que efetua o lançamento por dia e por hora dos funcionários de acordo com o trabalho realizado, ou seja, se vão para a Pelmá são afetos àquela freguesia quer a máquina, quer os materiais, quer os trabalhadores, se vão para Almoester, Alvaiázere, Maças de D. Maria, e assim sucessivamente, sendo este um trabalho feito diariamente. Os trabalhadores afetos a título permanente, têm um lançamento, em termos de *software house*, automático. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa usando da palavra esclareceu que, tal como afirmou o Senhor Deputado Acílio Godinho, mais de oitenta por cento das obras não foram lançadas pela Senhora Presidente enquanto Presidente da Câmara Municipal, o que lhe incute uma ligeira parcela de responsabilidade na feitura do Plano do corrente ano, porque as obras de grande dimensão já aqui faladas foram do anterior Executivo, às quais a Senhora Presidente teve de

dar continuidade. No futuro, continuou, quando esta for a principal responsável por esta casa, poderá fazer uma redistribuição totalmente diferente, não querendo dizer que esta foi mal ou bem. Este Órgão não pode enterrar a cabeça na areia, como a avestruz, porque o certo é que na gestão deste último ano, sem desprimor para as anteriores, tem de se realçar a diminuição do endividamento da Câmara Municipal, tendo a Senhora Presidente encontrado uma situação que não foi fácil de gerir, com poucos rendimentos, poucos recursos, sem comparação com concelhos com determinada dimensão, tendo encontrado uma dívida que tem estado a amortizar progressivamente, tendo este Órgão que lhe dar o valor por não ter parado o concelho e continuar a trabalhar. Muitas dessas dívidas foram contraídas por necessidade, pois em outras alturas, consigo em Presidente da Câmara também aconteceu muitas vezes o Executivo ter de contrair dívidas para não perder verbas, dando exemplos de alguns desses projetos: o Museu Municipal e outras. Se os Executivos não arranjam o dinheiro naquelas alturas, a obra nunca mais volta, daí que por vezes aconteça o grande endividamento. Mas, continuou, este Executivo tem feito uma gestão equilibrada e essencialmente tem sabido, durante cerca de um ano de mandato, sarar muitas feridas que vinham do anterior e tentar unir o concelho, o que foi muito importante. Com estas palavras, salientou, não está a desaprovar o trabalho feito pelo Dr. Paulo Tito, pois ele foi um excelente Presidente que fez o que pode e, por vezes, talvez até mais, mas na realidade era um bocado brusco no contato com a população, com a própria Assembleia Municipal, tendo-se notado uma diferença abismal nas Assembleias Municipais, passando a dialogar-se, a conversar-se, a falar-se, mas anteriormente quase que havia confronto em situações idênticas às de hoje. Por isso, continuou, sarar essas feridas, unir o concelho, saber chamar a si os munícipes, atendê-los com dignidade e procurar fazer o melhor possível ninguém o pode negar que está a ser feito neste mandato da Senhora Presidente, pelo que, o Senhor Presidente da Mesa lhe apresenta os seus parabéns e considerou a aprovação do documento, pela Assembleia Municipal ser de todo merecido. -----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação todos os Documentos de Prestação de Contas relativas ao ano de 2015, nos termos da alínea l) do n.º 2 do art.º o n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tendo sido deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Acílio Godinho: -----

1. Aprovar todos os Documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal, relativos ao ano financeiro de 2015, nos termos do disposto na alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, os quais se encontram integral e tecnicamente elaborados e que inclui o relatório anual do Programa de Apoio à Economia Local, bem como todas as declarações que o integram, incluindo as declarações dos compromissos plurianuais, dos pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro do ano de 2015, nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na versão que lhe foi conferida pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, bem como a verificação da conformidade do plano de liquidação de pagamentos em atraso (relativo aos valores existentes a 31/12/2014), aprovado de acordo com a estrutura do mapa disponibilizado aquando da publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, uma vez

que este mapa, de acordo com o art.º 9.º do decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho, deve integrar os documentos da prestação de contas, bem como a declaração de responsabilidade a que obriga a resolução n.º 44/2015, do Tribunal de Contas, publicada na 2.ª Série do Diário da República n.º 231, de 25 de novembro; -----

2.Todos os aludidos documentos se dão por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar de cada rubricados pelos elementos que constituem a mesa da Assembleia Municipal e disponíveis para consulta quando, para tal, forem solicitados. Os documentos são, nomeadamente, os seguintes: Relatório de Contas, Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados, Balanço, Demonstração de Resultados, Controlo Orçamental – Receita, Controlo Orçamental – Despesa, Execução Anual das Grandes Opções do Plano, Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, Execução Anual das Atividades Mais Relevantes, Fluxos de Caixa – Mapa Resumo, Fluxos de Caixa – Discriminativo, Mapa de Operações de Tesouraria, Mapa 8.2.26 – Contas de Ordem, Endividamento – Outras Dividas a Terceiros, Mapa 8.3.6.1 Empréstimos; Declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2015, Declaração de Pagamentos em Atraso à data de 31/12/2015, Declaração de Recebimentos em Atraso em 31/12/2015, Relatório da Contabilidade de Custos reportada ao ano de 2015; Verificação da conformidade do Plano de Liquidação de Pagamentos em Atraso existentes a 31/12/2014, nos termos do disposto no art.º 19.º do decreto-lei n.º 99/2015, de 2 de junho;. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra, tendo esta sido cedida pelo Senhor Presidente da Mesa. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, começou por referir que foi feito um comentário pelo Senhor Deputado Acílio Godinho que lhe custa a compreender, nomeadamente quando refere que grande parte das obras foram centralizadas na freguesia de Alvaiázere. Para a Senhora Presidente, o Senhor Deputado não usou as palavras, mas como se costuma dizer na gíria “para bom entendedor, meia palavra basta”, pelo que, informou, a ação da Câmara Municipal não se reveste apenas nas empreitadas, mas também na Educação, na Ação Social, numa série de áreas que, julga, se trabalha e tenta dar uma cobertura muito uniforme por todas as freguesias do concelho. Prosseguiu referindo que, inclusivamente, e talvez até a Assembleia Municipal o desconheça, ela própria reúne mensalmente com os Senhores Presidentes de Juntas para terem oportunidade de identificar as dificuldades e em conjunto trabalharem no sentido de darem resposta às situações urgentes e prementes sinalizadas pelas Juntas, pelo contacto mais próximo que têm com os Municípes. Em relação às empreitadas, mais de cinquenta por cento são equipamentos que servem a comunidade alvaiazerense, não servindo única e exclusivamente a freguesia A, ou B ou C, estando a falar por exemplo da Unidade de Saúde Familiar e do Centro Escolar, dois equipamentos que ou eram construídos e financiados para a sede de concelho, ou não existiam e a sede de concelho é em Alvaiázere e aqui temos os Serviços concentrados, porque os núcleos urbanos têm características que permitem a locação de determinado tipo de equipamento e determinado tipo de infraestruturas. Por isso existem aqui equipamentos que teriam de ser em Alvaiázere e não

poderia ser noutra freguesia, não se vendo que se está a beneficiar A em detrimento de B. Quando o Senhor Deputado Acílio fala em filhos e que todos devem ser tratados da mesma forma, quer se queira ou não, existem características territoriais e a nível da área, da dimensão da população, dos Serviços existentes que fazem com que a atuação à escala de cada freguesia, seja diferenciada. Não se pode colocar os investimentos no mesmo patamar, devendo sim dar o mesmo tratamento e tentar dar a mesma resposta às populações, independentemente da freguesia. A Senhora Presidente reiterou que falou de empreitadas que já estavam em execução e elaboração que o Executivo teve obrigação de executar, pois caso contrário perder-se-ia financiamento e teria de se devolver dinheiro, tendo sido este o trabalho que foi feito. Continuou, informando que foi feito um esforço muito considerável para se conseguir a taxa de execução dos setenta e cinco por cento, para além de estar a ser feito um esforço considerável para ser reduzida a dívida e continuar a trabalhar e dar resposta às necessidades e pedidos não só das Juntas de Freguesia, como também da população. Dentro das possibilidades da Câmara Municipal e, sem aumentar o endividamento, pretende-se dar resposta às necessidades que são prementes, como é a questão da Educação, da Ação Social, da Saúde, reconhecendo que existem áreas que ainda precisam de melhoria e por isso se trabalha nesse sentido, sabendo que, e logicamente não se consegue dar resposta a todas essas dificuldades e problemas, da mesma forma. Seria o ideal, afirmou, mas trabalha-se nesse sentido. Prosseguiu, falando na centralidade na sede de concelho, em que há um Quadro Comunitário que ainda tinha abertura para avançar com intervenções físicas e obras físicas, algo que este Quadro Comunitário, neste momento não têm, não possui essa vertente. A vertente de intervenções físicas e obras físicas é única e exclusivamente para obras que não são sinalizadas pelos municípios, mas sim pelo Ministério ou Delegações Regionais. Por exemplo, em termos de educação, esta identifica as lacunas e casos a intervir, as ARS's os Centros de Saúde a serem intervencionados ou com piores dificuldades e que devem ser feitos, cabendo um papel ativo a cada Município para mostrar a premência e urgência dessa intervenção, notando-se que está muito fechada em relação ao passado. Pelo anterior Executivo foram aproveitadas ao máximo estas oportunidades, condicionando um pouco as intervenções para este ano de dois mil e dezasseis, sabendo que se ia passar por algumas dificuldades, sendo tomada consciência de toda a situação, mas o ganho e o benefício valia pelas dificuldades. -----

----- De novo solicitou a palavra o Senhor Deputado Acílio Godinho, a qual lhe foi concedida. --

----- Tomando a palavra, o Senhor Deputado Acílio Godinho pediu para que a Senhora Presidente não ficasse melindrada com a sua intervenção. Continuou, afirmando que quando se discutiu o Relatório da atividade do Município a valia e a mais valia para o concelho, dos investimentos feitos no concelho quer na área da saúde, quer na área da educação, quer na área social, que já teve ocasião de expressar numa outra Assembleia, ainda no tempo do outro Executivo, sendo esse um fato e, em que todos os Alvaizerenses se deveriam rever positivamente. Continuou, dizendo que poderá haver várias leituras sobre o quadro a que fez

referência, agradecendo os esclarecimentos prestados, pois tem sempre a mais valia de quem está mais responsável por estas matérias.-----

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornando-se assim desde logo eficaz; -----

----- Seguidamente, passou-se para o **PONTO 5. Relatório e Parecer do Auditor Externo:**

O Senhor Presidente da Mesa tomou a palavra para inquirir os Senhores Deputados da Assembleia, sobre o parecer do Relatório e Parecer do Auditor Externo. Não tendo havido inscrições, o Senhor Presidente da Mesa, informou que foi tomado conhecimento e, deu por concluído este ponto. O referenciado relatório dá-se por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar de cada rubricados pelos elementos que constituem a mesa da Assembleia Municipal e disponíveis para consulta quando, para tal, forem solicitados. -----

A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos n.ºs 3 e 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tornando-se assim desde logo eficaz; -----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas e vinte minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu, _____, 1º Secretário redigi e também assino. -----